

Reformas, a única meta para 96

Brasília — Josemar Gonçalves

JORGEMAR FELIX

BRASÍLIA — Depois de um ano produtivo, mas com alguns problemas com o Congresso Nacional — sobretudo no segundo semestre —, o governo vai entrar em 1996 com uma palavra de ordem para aprovar as reformas constitucionais: pressa. Os escândalos do Sivam e da pasta rosa do Banco Econômico esfacelaram a base parlamentar governista e desgastaram as relações desta com o Palácio do Planalto.

Para se sair bem na empreitada das reformas previdenciária e administrativa, principalmente, o governo precisa colar os cacos do bloco PFL, PMDB, PSDB, PPB e outros, responsáveis por sua sustentação, até o mês de junho, quando os políticos estarão mais preocupados com a campanha eleitoral do que com os votos em plenário. “Nunca tive dúvidas de que teríamos problemas no segundo tempo”, afirma o presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) — autor de boa parte dos arranhões que o governo levou do Congresso.

Articulador — Luís Eduardo e outras lideranças já deixam claro que um dos instrumentos de que o presidente Fernando Henrique Cardoso pretendia lançar mão para ajudá-lo na tarefa de reaproximação com os parlamentares — o articulador político — já nasceu debilitado e condenado à morte. “Isso nunca vai existir”, acredita o presidente da Câmara. “Sempre que se fala nisso, algum partido sai contrariado da conversa”, afirma o líder do governo no Senado, Elcio Alvarez (PFL-ES).

Além de enfrentar as seqüelas provocadas pelo bate-boca com o PFL, Fernando Henrique terá dificuldades em adaptar o governo às novas forças políticas surgidas depois do dia 15 de dezembro, quando houve o troca-troca de partidos, diminuindo a importância de algu-

mas legendas e inflando outras, como o PPB do prefeito Paulo Maluf (SP). Este passou a ser a terceira maior bancada da Câmara, com 90 deputados.

Em 1995, mesmo sem esses problemas, o governo enfrentou alguns percalços, como a obstrução da medida provisória das concessões de serviços públicos e a impossibilidade de cisões e fusões de empresas estatais sem lei específica, que facilitaria o processo de privatização. Essas dores de cabeça foram resultado do trabalho da oposição, embora as revoltas de parte da bancada governista, em alguns momentos, tenham doído mais ao governo do que a atuação do PT, PDT, PC do B e outros.

Submisso — Na opinião do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), o governo conseguiu fazer do Congresso em 95 “um ente submisso ao Executivo, que se conformou com seu papel secundário.” A única saída, na opinião do deputado, é o governo articular uma espécie de pacto social entre as forças políticas. “Sem um pacto, o governo vai ficar administrando um arco-íris de pastas”, afirma Miro.

No primeiro semestre, Elcio Alvarez sugere um esforço especial do governo para intensificar o diálogo com o Legislativo. “Até mesmo com Luís Eduardo, acho que o diálogo é o melhor remédio para a mágoa”, acredita o líder. Neste trabalho, o governo conseguiu um grande aliado: a convocação extraordinária do Congresso, a partir de 8 de janeiro. “Se no início de 95, o governo perdeu tempo administrando, durante um mês, as divergências com um Congresso velho, este próximo ano será o contrário: ganhará um mês com a convocação”, diz o líder do governo no Senado, com o otimismo típico de fim de ano.



Luís Eduardo foi responsável por arranhões sofridos pelo governo